

CALAMIDADE NO RS

LATAM/DIVULGAÇÃO

Plano Rio Grande prevê ações de reconstrução do RS

GUSTAVO MANSUR/PALÁCIO PIRATINI

O Plano Rio Grande, apresentado na sexta-feira (17) pelo governador Eduardo Leite, terá como desafio acelerar e organizar os processos e projetos de reconstrução do Estado, fortemente afetado pelas chuvas. Ele prevê ações de curto, médio e longo prazo e atuará em três frentes: ações emergenciais, ações de reconstrução e um conjunto de ações chamado Rio Grande do Sul do futuro. Além disso, serão mapeadas oportunidades de captação de recursos para potencializar os projetos necessários.

“O governo passa a ser o governo da reconstrução. Nossa agenda será a da retomada até o final do mandato. Esse processo exigirá um longo período para além desta gestão. O foco é viabilizar recursos, abreviar processos administrativos para termos agilidade e providenciar a estrutura técnica que dará suporte a essas ações. Nesse processo, será fundamental a cooperação do setor privado, da sociedade civil e de todos os níveis de governo”, afirmou o governador durante a apresentação, na sexta-feira.

Um instrumento importante para a execução do plano será o Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs),



Arroio do Meio, no Vale do Taquari, é uma das cidades fortemente atingidas no Estado

cujas propostas de criação foi encaminhada à Assembleia Legislativa na quinta-feira (16). O Funrigs reunirá os recursos destinados à reconstrução, garantindo uma gestão adequada e maior transparência no emprego das verbas.

Curto, médio e longo prazo

A atuação emergencial refere-se a ações de curto prazo, que envolvem o restabelecimento de serviços essenciais e medidas de recuperação, como limpeza, realocação habitacional temporária, desobstrução de vias e gerenciamento de

doações. As ações de reconstrução, de médio prazo, serão focadas na recuperação da infraestrutura logística (rodovias, portos e aeroportos), escolas, unidades de saúde, prédios e equipamentos públicos, presídios e terminais de transporte metropolitano.

A frente Rio Grande do Sul do Futuro terá como metas a reconstrução da infraestrutura de longo prazo, o fortalecimento da economia local, o aumento da eficiência dos serviços públicos e estratégias de resiliência climática, intensificando projetos relaciona-

dos à sustentabilidade e aos compromissos ambientais do Estado.

O eixo Rio Grande do Sul do Futuro será coordenado pelo governador; a atuação emergencial ao longo do projeto ficará a cargo do vice-governador Gabriel Souza; e a reconstrução, sob a responsabilidade da recém-criada Secretaria da Reconstrução Gaúcha.



Acesse abcm.com.br/tempestade e acompanhe a cobertura das cheias



Base aérea de Canoas tem sido usada por aviões de carga

Anac libera voos comerciais em Canoas

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) autorizou a operação de voos comerciais, de passageiros e cargas, na Base Aérea de Canoas (Baco). O objetivo é oferecer uma alternativa para a Região Metropolitana de Porto Alegre enquanto o Aeroporto Internacional Salgado Filho permanece fechado, sem previsão de retomada.

A operação da base aérea de Canoas será feita pela Fraport, concessionária responsável pela gestão do Salgado Filho, durante período de calamidade pública resultante de eventos climáticos, segundo o diretor-presidente da Anac, Tiago Sousa Pereira. Ele destacou que a companhia manifestou interesse e tem a expertise necessária.

“O Ministério de Portos e Aeroportos solicitou à agência as providências cabíveis para viabilização da operação de Canoas para garantir a conectividade da região e oferta de serviços aéreos para população na Região Metropolitana de Porto Alegre”, afirmou Pereira.

Órgãos consultados pela Anac deram parecer favorável à resolução diante do “cenário de excepcionalidade e necessidade de uma resolução célere”. A Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária (SIA), por exemplo, concluiu que a gestão do risco de forma conjunta entre a concessionária, operadores aéreos e autoridade militar trazem a robustez necessária para que a base de Canoas seja aberta para operação civil.

No dia 14, a Anac determinou a suspensão imediata da venda de passagens aéreas para o Aeroporto Salgado Filho. A autarquia afirmou que a situação do aeroporto só poderá ser analisada após a diminuição do volume de água no terminal e da avaliação dos danos ocorridos, informação reforçada pela Fraport.

No entanto, o colunista Lauro Jardim, do jornal O Globo, informou que o governo federal já admite que o Salgado Filho poderá ficar fechado por até seis meses. (Com informações da Agência Estado)

+ Ações emergenciais

O plano de trabalho das ações emergenciais é focado na execução de medidas de curto prazo, com soluções para áreas como assistência social, segurança e serviços públicos. Uma dessas medidas foi a implementação do Centro Administrativo de Contingência, para iniciar a retomada gradual da prestação de serviços públicos oferecidos pelo Estado.

Outra ação é a proposta de cidades temporárias nos municípios de Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo e Guaíba. Os pontos prévios para a instalação são o Porto Seco (capital), Centro Olímpico (Canoas), Centro de Eventos (São Leopoldo)

e um local a ser definido em Guaíba. O Estado possui cerca de 80 mil pessoas abrigadas em alojamentos, sendo 70% nesses municípios.

Esses abrigos temporários contarão com proteção térmica e, entre outros espaços, lavanderia e cozinha coletivas, brinquedoteca, banheiros, chuveiros e dormitórios com divisórias, garantindo o máximo de individualidade possível a cada família.

Em um primeiro momento, serão priorizadas as ações emergenciais, de modo que os projetos de médio e longo prazos ainda estão sendo avaliados pelo Executivo.

Comitê gestor vai acompanhar execução das iniciativas do plano

O Plano Rio Grande será acompanhado por um comitê gestor com a seguinte composição: Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul (governo federal); Conselho do Plano Gestor, com câmaras técnicas temáticas para sugestão e acompanhamento; Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática, com o engajamento da academia para ações de futuro e transformação; Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) e associações de municípios.

“Vamos implementar exemplos de boas práticas de diversos lugares do mundo em nossa

secretaria e com as demais pastas para colocar em prática os projetos em nossos municípios. Temos a missão de reconstruir o futuro de um Estado. É um desafio imensurável, que só será possível com a cooperação de todos os segmentos da sociedade”, disse o secretário da Reconstrução Gaúcha, Pedro Capeluppi.

Capeluppi foi secretário de Desenvolvimento de Infraestrutura e esteve à frente da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, em 2022. A pasta terá uma Assessoria Especial de Gestão de Riscos.

+ Como será a operação

A autorização é para cinco pousos e cinco decolagens por dia. A previsão é que os voos ocorram entre o início da manhã e o fim da tarde. O governador Eduardo Leite informou na sexta-feira que já está em contato com o Ministério de Portos e Aeroportos e com a Aeronáutica para que, em breve, sejam realizados também voos comerciais noturnos na Baco, ampliando a malha aérea na Região Metropolitana.

Em entrevista ao Jornal Nacional, a presidente da Fraport no Brasil, Andreea Pal, disse que a ideia é viabilizar os primeiros voos a partir desta semana. Ao

Estadão, a Anac informou que a decisão ainda não foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), o que deve ocorrer ainda no início da semana.

Oficialmente os detalhes da operação não foram revelados pela Fraport. A executiva apenas adiantou que será uma operação com restrições. As atividades de solo deverão ocorrer no ParkShopping Canoas, a quatro quilômetros da Base Aérea. Lá serão realizados os serviços de check-in e despacho de malas. Os passageiros irão de ônibus até a Baco. O desembarque será no mesmo modelo.